

ONGs e escolas públicas: a palavra dos educadores

Daniel Monteiro da Silva¹

RESUMO

Este artigo analisa as conexões entre o público e o privado, no contexto particular do chamado “terceiro setor” e sua repercussão para a área educacional. Ao lado de outros atores, representados por organizações da sociedade civil, as organizações não-governamentais (ONGs) têm ganho cada vez mais visibilidade e despertado o interesse sob diferentes perspectivas. No Brasil, o tema da articulação entre o público e o privado, na área da educação, tem se apoiado muito mais em discursos do que em práticas. Neste artigo discuto resultados de pesquisa qualitativa na qual examino a hipótese de que existe uma contribuição entre ONGs e escolas públicas básicas. Algumas ONGs, na formulação de seus programas e projetos, apesar de estimularem estudantes a frequentar escolas, invalidam as ações por estas realizadas. Tais procedimentos têm contribuído para suscitar oposições entre ONGs e escolas públicas, traduzidas, por exemplo, nas atitudes de estudantes que demonstram interesse, comprometimento e engajamento nas ONGs e apatia, desmotivação e extrema aversão à escola. A falta de uma legislação específica, a ausência de estatísticas oficiais, os discursos sem fundamentação e a pouca visibilidade dos atores que efetivam a parceria entre ONG e escola são elementos importantes deste contexto. Docentes de escolas públicas que atuam simultaneamente em projetos sociais de ONGs se apresentam como atores privilegiados para a compreensão deste contexto.

PALAVRAS-CHAVE

Educação escolar; Educação não-formal; Educador social; ONGs

¹ Mestre em Educação pela USP. Professor da Escola Estadual Rodrigues Alves (São Paulo) e membro do GT. de Educação da Rede Nossa São Paulo. E-mail: msdaniel@usp.br - Brasil.

NGOs and public schools: the word of educators

ABSTRACT

This article examines the connections between public and private sphere, in the particular context of the "third sector " and its consequences for education. Along with other players, represented by civil society organizations, non-governmental organizations (NGOs) has gained increasing visibility and sparked interest from different perspectives. In Brazil, the articulation between public and private sectors, in education, has relied more speeches than in practice. This article discusses the results of qualitative research through which I examine the hypothesis that there is such a contribution between ONGs and public schools. Some NGOs in the formulation of their programs and projects, stimulates students to attend schools, but invalidate all the actions accomplished by them. That behavior has contribute to raise oppositions among the NGO and the basic public schools, justified for example, by the students attitudes that bring commitment, interests and participation at the NGO programs, on the other hand, lethargy, lack of incentive and extreme aversion of school. The lack of specific laws, the absence of official statistics, speeches without giving reasons and the lack of visibility from the player who work with the NGO and schools partnership, disguise the situation of this relationship. Teachers of public schools that operate simultaneously in social projects of NGOs present themselves as privileged players to understand this context.

KEYWORDS

School education; Non-formal education; Social educator; NGOs

EDUCAÇÃO E O “TERCEIRO SETOR”

As conexões entre o público e o privado têm ocupado um lugar de destaque nos debates contemporâneos sobre as políticas sociais e seus desdobramentos no que concerne à oferta educacional no Brasil. O movimento de redefinição do papel do Estado, traduzido em leis e outros instrumentos de regulação, legitimam e estimulam cada vez mais a participação da iniciativa privada e das organizações da sociedade civil sem fins lucrativos – sob o escudo do denominado “terceiro setor” – na atuação em áreas e atividades onde predominavam a ação estatal. Diante deste quadro é possível afirmar que existe uma conjuntura favorável às parcerias público-privadas em curso no Brasil.

As políticas sociais, assim como em outros países em desenvolvimento, também no Brasil, são cada vez mais elaboradas para instrumentalizar a política econômica. Um dos sentidos que se pode atribuir a determinadas políticas sociais é funcionarem como uma espécie de “cavalo de tróia do mercado e do ajuste econômico no mundo da política e da solidariedade social” (CORAGGIO, 1998, p. 78).

O campo educacional não está apartado deste contexto mais amplo em que o pensamento econômico tem alcançado cada vez mais preeminência em detrimento das outras dimensões da vida social. Para percebermos a que ponto tem chegado a sua hegemonia, basta citar o fato de que no cenário mundial, a muito tempo o organismo de maior visibilidade não é mais a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), reconhecida agência das Nações Unidas especializada em educação, mas o Banco Mundial, indício de que cada vez mais são “os economistas que pesquisam a educação e são eles que estão dando o enquadre conceitual e metodológico” para a maioria das reformas educacionais, principalmente em países em desenvolvimento (TORRES, 1998, p. 125).

O avanço do chamado “terceiro setor”, tem obtido visibilidade principalmente em áreas como a saúde, assistência social e educação e tem conquistado muitos defensores, sendo este o caso de Merege (2009) que nos apresenta uma análise extremamente otimista em relação ao avanço do “terceiro setor”.

Em sua apresentação do cenário político e econômico atual, Merege (2009) parece partilhar de concepções nitidamente neoliberais, representadas principalmente por posicionamentos de organismos multilaterais como o Banco Mundial, que prega um “privatismo totalitário da economia e responsabilidade do Estado restrita a programas de investimentos sociais que o mercado rejeita”. Algumas ONGs têm adotado uma posição

crítica a situações como essas que concebem os “programas sociais como compensatórios dos males causados por estratégias de estabilização e ajustes centrados no mercado, na atividade econômica como fim, e no setor privado como único sujeito válido da economia”. Posturas críticas em relação a este avanço do terceiro setor tem sido erigidas por diferentes autores, inclusive no campo da educação (ARRUDA, 1998).

Pesquisadores e especialistas já demonstraram a grande diversidade de áreas de atuação das ONGs, bem como variadas formas de intervenções adotadas por elas, de modo que ao atrelar o trabalho dessas organizações ao “terceiro setor” sem contextualizá-lo, corre-se o risco de cometer imprecisões e injustiças.

Numa tentativa de dar conta desta heterogeneidade e diferenciar a ação das ONGs, que se articulam entre si, de outros atores que operam no âmbito da sociedade civil, Eduardo Ballón – presidente da Asociación Latinoamericana de Organizaciones de Promoción (ALOP), membro da ONG peruana DESCO e da rede de articulação Grupo proposta cidadã – em seminário promovido pela Associação Brasileira de ONGs (ABONG), apontou a coexistência de vários discursos problemáticos, destacando três principais:

A diferença entre quem se define como parte de um terceiro setor, não lucrativo e filantrópico, de claro conteúdo neoliberal, e quem se define como parte da sociedade civil, na qual afirma uma identidade específica, baseada na defesa de interesses públicos e no compromisso com a constituição de uma esfera pública ampliada; a diferença entre quem defende o fortalecimento das organizações da sociedade civil e da esfera pública não-estatal e quem adota uma postura privatista, favorável ao processo de redução do Estado; a diferença entre quem acredita que a luta contra a pobreza deve se feita por meio do fortalecimento da política social como expressão de direitos e quem entende essa luta como assistencialismo e filantropia. (ABONG, 2004, p. 31).

Nos dias atuais garantir a justiça social, surge para nós, como uma exigência ética, como responsabilidade inalienável de todos os homens e mulheres, representando “um processo de promoção da autonomia e da responsabilidade a ser potenciado ao longo da vida” e, nesse sentido, “a educação desempenha um papel determinante na promoção dessa utopia, sobretudo junto de pessoas vítimas de exclusão social, de violência, de pobreza e de privação de direitos fundamentais” (CARVALHO; BAPTISTA, 2004, p. 51). No entanto, sem alterações profundas no modelo econômico, político e social vigentes, não haveria meios para avançar no terreno educativo.

No campo da educação a legislação que remete às parcerias público-privadas é a que consta do próprio Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), regulamentado pelo

Decreto 6094/2007, que propõe aos sistemas de ensino firmar “parcerias externas à comunidade escolar, visando à melhoria da infraestrutura da escola ou a promoção de projetos socioculturais e ações educativas”. (Capítulo I, Art. 2º § XXVII do Plano de Metas – compromisso todos pela educação).

Desde maio de 2004, está em vigor a Lei nº 11.688, que Institui o Programa de Parcerias Público-privadas (PPP), no âmbito do Governo do Estado de São Paulo e de sua administração pública direta e indireta. No âmbito da cidade de São Paulo, a Lei nº 14.517, de 16 de outubro de 2007 (Projeto de Lei nº 503/06, do Executivo, aprovado na forma de Substitutivo do Legislativo) institui o Programa Municipal de Parcerias Público-Privadas, cria a Companhia São Paulo de Parcerias (SPP) destinado a promover, fomentar, coordenar, regular e fiscalizar a realização de parcerias público-privadas no âmbito da Administração Pública Municipal.

Frente a este cenário, não se trata de mera hipótese o fortalecimento das Parcerias Público-privadas inclusive no campo educacional. A parceria entre ONGs e as escolas parece estar se estreitando no Brasil e tem se tornado cada vez mais frequente a constatação de participação direta ou indireta daquelas organizações nas escolas públicas de nível básico. Como exemplo de trabalho com grande visibilidade citamos as iniciativas empreendidas pelo Instituto Ayrton Sena (IAS), que têm alcançado escolas nos quatro cantos do país com o programa “Acelera Brasil”. (PERONI, 2008, p. 117). Amparado pela atual legislação, o poder público entendeu que, para respeitar o direito à educação, não precisava necessariamente ser o executor de políticas educacionais.

É dentro desta problemática que pretendo discutir as conclusões de pesquisa qualitativa² realizada junto ao programa de pós-graduação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. Na referida pesquisa, mobilizado pelas contradições do relacionamento entre ONGs e escolas públicas na cidade de São Paulo e a partir de minha atuação profissional em ambos os campos (ONGs e escolas), desenhei uma pesquisa que pudesse dar conta de pelo menos um aspecto que julguei relevante no relacionamento entre ONGs e escolas: a contribuição mútua entre as duas instituições no aspecto do currículo. Por esta razão, orientei aquele trabalho pelo seguinte problema: qual é a contribuição mútua de ONGs e escolas públicas básicas quanto a definição de programas educacionais?

A partir de entrevistas com educadores que possuíam a particularidade de atuar em ambos os campos (ONGs e escolas públicas) obtive informações sobre a percepção destes

² SILVA, 2010, p. 96-100.

profissionais acerca do relacionamento entre ONGs e escolas públicas. Dentre um universo de ONGs selecionadas junto ao cadastro de organizações sociais da Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social (SEADS), foram identificadas doze “organizações sociais” nas quais haviam educadores(as) com dupla atuação a serem entrevistados(as). Dentre os 19 profissionais identificados, nove concederam entrevistas e as conclusões obtidas na pesquisa baseiam-se principalmente nas informações recolhidas nas visitas as ONGs e nas entrevistas realizadas.

EDUCADORES SOCIAIS E PROFESSORES

Existe uma espécie de senso comum na área de “projetos sociais” e políticas públicas de educação, de que os programas educacionais na educação formal são considerados pré-estabelecidos, portanto, caracterizados como fechados e pouco flexíveis. Em contrapartida, os programas educacionais nas ONGs, principalmente se comparados com a escola, são qualificados, na maioria dos casos, como abertos e flexíveis.

As práticas educacionais realizadas por ONGs são caracterizadas, de modo geral, segundo Afonso (1989 *apud* SIMSON et. al. 2007, p. 17) pela sua não obrigatoriedade, pela existência de poucas normas legais e administrativas a serem cumpridas, desobrigando-as de seguir um currículo fechado, o que possibilita uma atuação considerada mais flexível, participativa e, em decorrência dessas condições, mais propícia ao atendimento dos interesses dos participantes, além de tratar também de problemas específicos da comunidade, preocupando-se com a transformação social.

Outra ideia muito recorrente na literatura sobre a educação não-formal, é o argumento de que esta poderia substituir a educação formal.

As afirmações contidas nos parágrafos anteriores são mais do que suficientes para fomentar certa animosidade entre “educadores(as) sociais” e docentes (educação formal). Estes atores sociais, no entendimento Torres (2000), participam de uma comunidade de aprendizagem, noção que implica rever a distinção convencional entre escola e comunidade, bem como entre educação escolar, não-formal e informal, e os modos convencionais de conceber e assegurar os vínculos entre elas. Aquela autora chama a atenção para um risco de generalizações quando dizemos, por exemplo, “as reformas, os docentes, as organizações

docentes, os organismos internacionais”. No que se refere a comunidade educativa, comenta ainda sobre o relacionamento entre reformadores e docentes, e alerta para a existência de estereótipos que cada grupo constrói sobre o outro levando a inúmeros desentendimentos e até rupturas. Estas mesmas críticas podem igualmente ser atribuídas ao relacionamento entre docentes e “educadores(as) sociais”:

A chamada *comunidade educativa* é, de fato, um sistema altamente complexo e heterogêneo, atravessado por inúmeros atores, com visões diferentes e até mesmo conflitantes entre si e dentro de cada um de seus grupos. Além disso, as percepções e posições de cada um destes grupos não são universais nem estáticas: adquirem especificidade em diferentes contextos e mudam ao longo do tempo. Apesar desta diversidade e dinamismo, o que prevalece – e parece mais acentuado – no campo da educação é o estereótipo, a dificuldade para “ver” o outro e dialogar com o diferente, a fragmentação, a falta de compreensão e cooperação, a intolerância, o belicismo, o confronto. (TORRES, 2000, p. 9).

Seguindo este raciocínio, alguns indícios podem ser considerados acerca da concorrência sustentada entre docentes e “educadores(as) sociais”: (1) a desconfiança mútua; (2) a não legitimação dos espaços alternativos das ONGs como espaços efetivamente educacionais; (3) a discrepância entre as estruturas e o modo de funcionamento dos chamados “projetos socioeducativos” e a realidade da escola pública; (4) a crítica feita pelos docentes de que os(as) “educadores(as) sociais” atuantes nos “projetos socioeducativos”, não contavam com a certificação e nem a competência para o magistério, dentre outros.

Não obstante a força dos indícios apresentados, cabe ainda ressaltar um último argumento que se apóia na descrença em relação às iniciativas do chamado “terceiro setor”, insinuando que sua atuação faz parte da grande estratégia neoliberal de minimização do Estado e ampliação de iniciativas privadas, que avançam cada vez mais sobre áreas que eram historicamente de intervenção do Estado, dentre as quais a educação.

O quadro apresentado aponta para uma verdadeira oposição entre “educadores(as) sociais” de um lado e docentes de outro. Buscando compreender tal oposição é que a pesquisa buscou profissionais com trânsito em ambos os campos. Tal estratégia metodológica, apesar de suas limitações, favoreceu a criação de um panorama bastante fidedigno da percepção dos profissionais da educação sobre o relacionamento entre ONGs e escolas públicas.

O contato entre docentes e educadores (as) sociais, seja de modo frequente e organizado, seja de modo ocasional, aproxima essas duas dimensões da ação educacional e promove a inevitável conclusão de que os (as) docentes não estão sozinhos (as) na tarefa de

educar. De fato, nunca estiveram: basta considerar a atuação da família e da comunidade (educação informal), muito embora possam atuar isolados, em virtude de certo cordão de isolamento que se construiu entre a escola e seu entorno (CARVALHO, 1989). Por isso, somos impelidos a acreditar na existência da contribuição mútua entre as práticas educativas escolares e não-escolares, ainda que de modo pouco expressivo e talvez difícil de constatar.

A análise dos dados obtidos na pesquisa remeteu a algumas conclusões: 1) A constatação de que apenas 5% do universo pesquisado satisfaziam as características que estávamos procurando, a saber, ONGs que mantinham educadores com atuação em escolas públicas. 2) A constatação de que a contribuição mútua entre ONGs e escolas públicas é bastante restrita, na opinião dos educadores e educadoras consultados (as). 3) A persistência de certa visão negativa em relação a escola pública por parte de algumas ONGs. 4) A insistência numa posição de isolamento das escolas em relação à comunidade.

EDUCADORES E EDUCADORAS ENTREVISTADOS(AS)

A principal estratégia metodológica utilizada na pesquisa foi a identificação de profissionais da educação com “dupla atuação”, ou seja, em ONGs e escolas públicas pois, acreditei que o(a) educador(a) com dupla atuação, por suas características específicas, teria condições de superar o isolamento da escola, por conhecer seus mecanismos de funcionamento por dentro, o que possibilitaria a este profissional motivar um intercâmbio entre estas duas instituições. Do mesmo modo como foi verificado em estudo de caso de parceria entre uma escola da rede pública e uma ONG no município do Rio de Janeiro, onde um profissional com dupla atuação fez a diferença no programa³.

O profissional com dupla atuação conta – pelo menos teoricamente – também com uma dupla formação: como educador(a) social, em grande parte adquirida na prática cotidiana nas organizações sociais e/ou através de cursos, oficinas e laboratórios, possui experiência e participação nas regiões onde desenvolve sua intervenção educativa, move-se com relativa facilidade na comunicação com as famílias. É capaz de criar redes de apoio com outras instituições visando melhor atender as distintas demandas dos adolescentes e jovens, bem como dos variados grupos com quem trabalha, utiliza-se de várias dinâmicas de grupo, valoriza a dimensão lúdica do trabalho educativo e sabe imprimir uma temporalidade à sua

³ LACERDA, 2009, p. 76-77.

prática, que o aproxima do tempo próprio dos adolescentes e jovens que frequentam os espaços da educação não-formal.

Como professor(a), sua formação para a docência, aliada à sua atuação em escolas públicas básicas, fundamenta-se num determinado campo do saber – pedagogia, filosofia, matemática, letras – e compartilha da lógica e da experiência de um sistema que conta com mais de um século em nosso país e que, com todas as suas limitações, tem possibilitado a transmissão do saber acumulado da humanidade a mentes de muitas novas gerações.

Entretanto, o que se observou a partir dos depoimentos dos educadores e educadoras entrevistados, foi um(a) profissional sobrecarregado de tarefas, que queixa-se pela falta de tempo para se dedicar melhor em uma e outra instituição, e mostra-se insatisfeito com seu salário.

PARCERIAS ENTRE ONGS E ESCOLAS PÚBLICAS

Do ponto de vista de educadores e educadoras com dupla atuação, embora haja contribuição entre ONGs e escolas públicas, esta revelou-se tênue e indireta, uma vez que não se refere aos mesmos aspectos e frequentemente não ocorra institucionalmente. Situação encontrada dentro de um universo de doze ONGs selecionadas a partir de um conjunto de 234 cadastradas junto à Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social de São Paulo (SEADS). O número obtido representa um percentual de pouco mais de 5% e pode ser considerado pouco expressivo diante do tamanho das redes municipal e estadual de educação escolar e considerando também o contexto favorável às parcerias público-privadas, tanto no município quanto no Estado de São Paulo. Afinal, para ficarmos só nos números referente a educação na rede municipal na cidade de São Paulo trata-se do maior sistema do país, com quase 1 milhão de alunos, 9,2% dos 10,8 milhões de habitantes da cidade. São 1.417 estabelecimentos de ensino administrados diretamente pela Secretaria Municipal de Educação.

A contribuição mútua observada revelou-se tênue, porque não se refere aos mesmos aspectos, e indireta, na medida em que, na maioria dos casos, é o(a) educador(a) com dupla atuação que percebe e realiza a contribuição propriamente dita e não as instituições, como bem assinalou uma das educadoras entrevistadas: “enquanto instituição, nunca percebi alguma contribuição. Não existe elo entre as duas... ainda mais partindo da escola”.

Todos(as) os(as) educadores(as) admitiram a existência de contribuição da ONG onde trabalhavam para com a escola pública. Por outro lado, quando perguntados(as) sobre as contribuições da escola para com a ONG, houve muitas discordâncias. Fato que precisa ser associado às condições de funcionamento do sistema escolar e às representações que educadores e educadoras fazem deste.

A visão negativa, sustentada institucionalmente por algumas ONGs em relação à escola, pode ser explicada como um resquício de uma época em que determinadas ONGs, para construírem sua identidade, mantiveram uma posição de crítica e desprezo às instituições escolares, apartando-se delas, como bem apontou Trilla (2003) em seu estudo sobre a educação não-formal. Contudo, mudada a conjuntura, algumas ONGs ainda persistem , naquele mesmo julgamento depreciativo em relação às atividades desenvolvidas pelas escolas públicas.

A respeito desta visão negativa, um caso paradigmático foi o constatado em documento de um ONG participante da pesquisa, onde pode-se verificar o seguinte argumento em seu relatório de atividades sobre as parcerias com as escolas: “A [ONG] é bastante respeitada junto à coordenadoria de educação [...] pela qualidade dos seus projetos realizados, contudo, o serviço executado depende das escolas, fato que provoca algumas limitações na ação educativa”. Aqui, segundo os dirigentes da ONG, as escolas parecem atrapalhar o seu trabalho educativo.

ISOLAMENTO DAS ESCOLAS PÚBLICAS

Se considerarmos que a atuação das ONGs junto às escolas públicas pode assumir duas modalidades, uma definida como ação conjunta “em que a instituição atua diretamente no espaço escolar e tem por finalidade transformá-lo” e outra definida como ação paralela, isto é, sua atuação acontece à margem dos problemas enfrentados pela instituição escolar, com a qual não mantém vínculo direto. Os resultados da pesquisa em questão indicam que as atuações de caráter paralelo são muito mais frequentes do que aquelas em conjunto com a escola.

As atuações paralelas à escola realizadas pelas ONGs não visam efetivamente um relacionamento com a escola, a fim de propor inovações curriculares, intercâmbio de práticas, ou mesmo a troca de informações entre os profissionais de ambos os campos. Estão muito mais focadas nos alunos e alunas, ignorando, por assim dizer, os gestores, docentes e a própria instituição.

Em relação às escolas, não observamos nenhum indício significativo que modifique sua postura de isolamento, pois se existe alguma aproximação, ela ainda acontece muito mais por iniciativa exclusiva das ONGs.

A educação escolar se difunde em diversos países, inclusive no Brasil, a partir de um modelo deliberadamente de isolamento das unidades escolares em relação ao meio onde estão inseridas. Há muitos motivos para crer que esta característica intrínseca a este modelo de escola está na base da chamada “crise da educação”.

Observa-se a multiplicação de estabelecimentos e iniciativas criativas e relevantes, cujo objetivo é estimular a colaboração entre as escolas e os demais agentes sociais. A Declaração Mundial de Educação para Todos é o documento de maior visibilidade nesta direção, pois contempla em seu artigo sétimo o fortalecimento de alianças “com amplos setores da sociedade, na busca de novas e crescentes articulações e alianças em benefício da educação, incluindo-se as organizações governamentais e não-governamentais, o setor privado, as comunidades locais, os grupos religiosos, e também as famílias” (TORRES, 2001, p. 27).

A quebra do isolamento da escola é uma consequência desejada pelo esforço de muitos para a redefinição de sua função, de modo que ela se reconheça como membro de uma comunidade de aprendizagem mais ampla, e não como uma instituição separada, única protagonista do cenário educativo, opinião, aliás, hegemônica, durante muito tempo, inclusive entre alguns profissionais de educação. Entretanto, inúmeros esforços na intenção de mudança deste quadro tem se mostrado tímidos e frustrados.

A contribuição entre ONGs e escolas públicas apesar dos estudos e de diferentes iniciativas para que uma colabore com a outra, a julgar pelos resultados auferidos na pesquisa em discussão, ainda tem um longo caminho a percorrer para que a efetividade de suas ações produzam frutos visíveis e duradouros.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, M. ONGs e o Banco Mundial: é possível colaborar criticamente? In: TOMMASI, L., WARDE, M. J.; HADDAD, S. (Orgs.). **O Banco Mundial e as políticas educacionais**. 2. ed. São Paulo: Cortez, Ação Educativa, PUC/SP, 1998. p. 41-73.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS – ABONG. **O papel da sociedade civil nas novas pautas políticas**. São Paulo, SP: Peirópolis; ABONG, 2004. 86 p.

_____. **Um novo marco legal para as ONGs no Brasil: fortalecendo a cidadania e a participação democrática**. São Paulo, SP: ABONG, 2007. 80 p.

BRUNSTEIN, J. **ONGs e educação: novas possibilidades educativas?** 2003. 235 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

CARVALHO, M. P. Um invisível cordão de isolamento: escola e participação popular. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 70, p. 65-73, ago. 1989.

CARVALHO, A. D.; BAPTISTA, I. **Educação social: fundamentos e estratégias**. Coleção educação e trabalho social. Portugal, Porto: Porto, 2004. 110 p.

CORAGGIO, J. L. Propostas do Banco Mundial para a educação: sentido oculto ou problemas de concepção? In: TOMMASI, L., WARDE, M. J.; HADDAD, S. (Org.). **O Banco Mundial e as políticas educacionais**. 2. ed. São Paulo, SP: Cortez; Ação Educativa; PUC/SP, 1998. p. 75-123.

GHANEM, E. Educação formal e não-formal: do sistema escolar ao sistema educacional. In: ARANTES, V. A. (Org.). **Educação formal e não formal**. São Paulo, SP: Summus, 2008. p. 59-89

LACERDA, P. M. (Org). **Parcerias com escolas municipais do Rio de Janeiro 2009**. Rio de Janeiro, RJ: Instituto Desiderata, 2009. 84 p.

MEREGE, L. C. **Terceiro setor: a arte de administrar sonhos**. São Paulo, SP: Plêiade, 2009. 194 p.

PERONI, V. M. V. A relação público/privado e gestão da educação em tempos de redefinição do papel do Estado. In : ADRIÃO, T.; PERONI, V. (Org.). **Público e privado na educação: novos elementos para o debate**. São Paulo, SP: Xamã, 2008. p. 111-127.

SILVA, D. M. **ONGs e escolas públicas básicas: os pontos de vista de docentes e “educadores(as) sociais”**. 2010. 154 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

SIMSON, O. R. M. et al. **Visões singulares, conversas plurais**. São Paulo, SP: Itaú Cultural, 2007. 112 p. (Rumos Educação Cultura e Arte, 3)

SOUZA NETO, J.; SILVA, R.; MOURA, R. A. (Org.). **Pedagogia social**. São Paulo, SP: Expressão e Arte, 2009. 324 p.

TORRES, R. M. Melhorar a qualidade da educação básica? As estratégias do Banco Mundial. In: TOMMASI, L.; WARDE, M.J.; HADDAD, S. (Orgs.). **O Banco Mundial e as políticas educacionais**. 2. ed. São Paulo: Cortez, Ação Educativa, PUC/SP, 1998. p. 125-193.

_____. Reformadores y docentes: el cambio educativo atrapado entre dos logicas. In: CARDENAS, A. L.; RODRIGUEZ CESPEDES, A.; TORRES, R. M. **El maestro, protagonista del cambio educativo**. Bogote: CAB; Magisterio Nacional, 2000.

_____. **Educação para todos: a tarefa por fazer**, Porto Alegre: Artmed, 2001. 104 p.

TRILLA, J. A. O universo da educação social. In: ROMANS, M.; PETRUS, A.; TRILLA, J. **Profissão: educador social**. Porto Alegre: Artmed, 2003. p. 11-47

Recebido em: 10/12/2010
Publicado em: 22/06/2011